

JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Concorrência nº 003/2025

Processo: 012/2025

Impugnante: ENGTEC ENGENHARIA E EMPREITEIRA ITAPERUNA LTDA

Recebido, 14/03, 14/06,
Humberto

I - RELATÓRIO

Trata-se de impugnação ao edital de concorrência nº 003/2025, apresentada por ENGTEC, na qual são suscitadas diversas irregularidades que, segundo o impugnante, comprometeriam a legalidade e a lisura do procedimento licitatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

A impugnação foi analisada com base nos princípios que regem as licitações públicas, notadamente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e isonomia.

II.1. Da Exigência de Qualificação Técnica | Experiência com Sensores de Vagas

A impugnante sustenta que a exigência de experiência com sensores de vagas seria indevida. No entanto, tal alegação não merece acolhimento.

Inicialmente, cumpre destacar que a Administração Pública detém discricionariedade para estabelecer requisitos técnicos e operacionais no edital de licitação, desde que tais exigências sejam justificadas pelo interesse público e pelo adequado funcionamento do serviço a ser contratado. Nesse sentido, o artigo 3º da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) dispõe que a licitação deve assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, atendendo aos princípios da eficiência, isonomia e competitividade.

Ademais, o princípio da supremacia do interesse público impõe que a Administração priorize critérios que garantam a execução eficiente do serviço, sendo legítima a exigência de experiência com sensores de vagas, uma vez que essa tecnologia é essencial para o controle e a operacionalização do estacionamento rotativo no município.

Ressalte-se que a comissão de licitação, no legítimo exercício de suas competências, realizou estudos técnicos e visitas a sistemas similares, concluindo pela necessidade de manutenção desse requisito.

Importante frisar que a exigência não restringe indevidamente a competitividade, pois não impõe um modelo único de sensor, uma vez que a comprovação de experiência pode se dar por meio de diferentes tecnologias, sejam sensores virtuais, digitais, de massa metálica, câmeras, aplicativos e equipamentos portáteis ou qualquer outro mecanismo que permita o sistema controlar a identificação da alocação e tempo de utilização da vaga pelo aplicativo do usuário.

O requisito, portanto, não se configura como excessivo ou desarrazoado, mas sim como um critério técnico essencial à eficiência do serviço, e encontra-se previsto nos itens 2.3.3 e 3.5.2, subitem "m" do Termo de Referência:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES
Administração 2021-2024

2.3.3. O sistema deverá controlar, por meio de equipamentos portáteis, a utilização das vagas de estacionamento nas vias, áreas e logradouros públicos, inclusive quanto à limitação de tempo de utilização e pagamento de tarifa;

[...]

m. Facultar ao usuário manter um saldo eletrônico a ser utilizado em sessões de estacionamento, que deverão ser iniciadas mediante simples ativação de sua conta (alocação da vaga), oferecendo ao usuário a opção de escolher as formas de pagamento para esse meio, conforme expresso neste Termo;

Outrossim, o fornecimento desse equipamento está dentro do escopo do projeto básico, e também dentro dos 50% dos itens de maior relevância a ser exigidos pelo Edital, representando **elemento essencial para a adequada prestação do serviço de estacionamento rotativo**, uma vez que é parte integrante do sistema que avalia a utilização, o tempo de utilização e o pagamento das tarifas.

Dessa forma, não há fundamento jurídico para a impugnação apresentada, devendo ser mantidas as disposições do ato convocatório tal como redigidas.

II. II. Da Comprovação de Experiência com Operação de Meios de Pagamento

A impugnante manifesta inconformismo em relação aos itens 8.17.3.1 e 8.17.3.2 do edital, que exigem a apresentação de atestados para comprovação de experiência na comercialização de tickets utilizando diversos meios de pagamento. No entanto, tal impugnação não procede.

A exigência imposta no edital encontra amparo nos princípios da **eficiência, segurança jurídica e interesse público**, os quais norteiam a Administração Pública, conforme disposto no **artigo 3º da Lei nº 14.133/2021**.

Outrossim, a referida exigência está dentro dos 50% dos itens de maior relevância legalmente previstos, representando **elemento essencial para a adequada prestação do serviço de estacionamento rotativo**, uma vez que é parte essencial do sistema que realiza transações financeiras.

Nesse contexto, a obrigatoriedade da apresentação de atestados de capacidade técnica objetiva assegurar que o licitante possua experiência na operação e gestão de transações por meio de diferentes formas de pagamento, aspecto essencial para garantir a adequada prestação do serviço e a continuidade do estacionamento rotativo.

Ademais, a exigência não se mostra excessiva, uma vez que os serviços contratados envolvem a **gestão de operações financeiras sensíveis, incluindo a comercialização de tickets por múltiplos meios de pagamento**, fator que exige do licitante capacidade técnica comprovada e experiência anterior no mercado.

Tais requisitos não configuram restrição indevida à competitividade, mas, ao contrário, estão em consonância com o disposto no artigo 67 da Lei nº 14.133/2021, que exige da Administração a verificação da qualificação técnica dos licitantes para garantir a adequada execução do objeto contratado.

Além disso, eventual prova de conceito não substitui a necessidade de atestado de capacidade técnica, pois este tem a finalidade de comprovar que a empresa já operou com êxito em serviços semelhantes, minimizando riscos e evitando problemas na execução do contrato. O atestado é documento essencial para a avaliação objetiva da capacidade do licitante, garantindo

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES
Administração 2021-2024

que este possua experiência prévia na implementação e operacionalização dos diferentes meios de pagamento exigidos.

Assim, a exigência estabelecida no edital é plenamente justificada, por estar alinhada aos princípios administrativos e às necessidades do serviço de estacionamento rotativo, motivo pelo qual a impugnação não deve ser acolhida.

II. III. Da Comprovação Prévia de Operação de No Mínimo Quatro Parquímetros

A impugnante questiona a exigência de comprovação de experiência na operação de, no mínimo, quatro parquímetros, conforme previsto no instrumento convocatório. No entanto, sua alegação não se sustenta, uma vez que os parquímetros estão dentro do escopo do projeto básico, e também dentro dos 50% dos itens de maior relevância a ser exigidos pelo Edital, representando elemento essencial para a adequada prestação do serviço de estacionamento rotativo, de modo que se presume que uma empresa proposta a executá-lo também possua experiência prévia com essa tecnologia.

O serviço de estacionamento rotativo municipal opera seis dias por semana, ao longo de todo o horário comercial, lidando diariamente com centenas de usuários e milhares de transações financeiras. Assim, a comprovação de experiência na operação simultânea de, no mínimo, quatro parquímetros é um requisito indispensável para a gestão eficiente do sistema, garantindo a continuidade do serviço e prevenindo falhas que poderiam comprometer sua execução adequada.

A exigência de comprovação de experiência na operação desses equipamentos não configura qualquer restrição indevida à concorrência, pois trata-se de uma exigência objetiva, técnica e proporcional à complexidade do serviço, amparada no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no artigo 67 da Lei nº 14.133/2021, que impõe ao contratante o dever de exigir dos licitantes a devida qualificação técnica para garantir a adequada execução contratual.

Ademais, a alegação da impugnante de que a experiência poderia ser substituída pela realização de prova de conceito, ou ainda, de modo mais absurdo, que a comprovação técnica seja atestada DURANTE A EXECUÇÃO CONTRATUAL, não merece prosperar.

A prova de conceito tem como finalidade apenas demonstrar a viabilidade técnica do sistema apresentado, não servindo para atestar a capacidade da empresa na gestão operacional do serviço. Como já mencionado, a gestão de parquímetros exige não apenas conhecimento técnico da ferramenta, mas experiência concreta em sua operação simultânea em escala compatível com a demanda do município.

Por outro lado, ilegal e contrário aos princípios da administração pública seria atestar a capacitação técnica de um licitante somente no momento da execução do contrato. Caso se constate, após a contratação, a ausência de capacidade técnica da empresa, a Administração Pública ficaria impossibilitada de garantir a execução adequada do serviço, gerando sérios prejuízos ao interesse público. Tal situação é totalmente inviável e contraria os precedentes legais, especialmente os princípios da eficiência, legalidade e continuidade dos serviços públicos, consagrados no artigo 37 da Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021.

Destaca-se, ainda, que a Administração Pública possui discricionariedade para definir os critérios técnicos que melhor atendam ao interesse público, desde que respeitados os princípios da isonomia, razoabilidade e proporcionalidade, o que se verifica no presente caso.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES
Administração 2021-2024

Diante do exposto, não há qualquer ilegalidade na exigência impugnada, pois sua fundamentação encontra amparo na legislação vigente e se justifica pela essencialidade dos parquímetros no funcionamento eficaz do serviço de estacionamento rotativo. Assim, o pedido deve ser rejeitado, mantendo-se íntegros os dispositivos do edital.

III. IV. Da Tarifa de Pós-Utilização

A impugnante sustenta que a previsão da Tarifa de Pós-Utilização (TPU) é ilegal, sob a alegação de que constitui usurpação de competência legislativa e afronta tanto o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) quanto a Constituição Federal.

Para embasar sua argumentação, junta jurisprudência oriunda do estado de Santa Catarina, a qual, contudo, trata de tarifa de regularização, categoria que em nada se relaciona com a tarifa de pós-utilização, objeto da presente impugnação.

"Não obstante os municípios estejam autorizados a editar normas disciplinando os estacionamentos públicos, exorbita essa competência e configura violação à regra constitucional a legislação municipal que institui tarifa com a finalidade de regularizar a infração cometida pelo condutor de veículo, justo por não haver normativa a respeito no CTB ou em outras disposições federais a ele correlatas."

Importante esclarecer que os julgados apresentados pela impugnante referem-se a TARIFA DE REGULARIZAÇÃO (TDR), a qual está absolutamente desvinculada do contexto da TARIFA DE PÓS-UTILIZAÇÃO (TPU) disposta neste edital.

Conforme é de conhecimento, a TPU não configura pagamento por irregularidade, pois, após a infração, a regularização já não é mais possível, cabendo unicamente o pagamento da multa prevista no CTB.

A Tarifa de Pós-Utilização (TPU) constitui uma modalidade alternativa de pagamento, disponibilizada aos usuários que não realizam o pagamento prévio do ticket de estacionamento. Essa tarifa pode ser quitada dentro de um prazo estipulado, sem caracterizar a regularização de infração. Trata-se de um mecanismo já adotado em diversos municípios e previsto em vários editais analisados pela comissão, não sendo, portanto, uma inovação do município de Cataguases. Exemplos incluem: Araguari/MG, Cajamar/SP, Catanduva/SP, Guaratinguetá/SP, Itaquaquecetuba/SP, Rio Grande/RS, São João da Boa Vista/SP, São José do Rio Preto/SP, entre outras.

Portanto, a TPU não se trata de uma inovação no edital, uma vez que já presente em vários municípios de todos os estados da federação, bem como não se trata de uma penalidade, mas sim de uma opção oferecida ao usuário para pagar o ticket de estacionamento, caso este não tenha feito o pagamento da tarifa de utilização.

A irregularidade, de fato, só se caracteriza quando o usuário não realiza o pagamento de nenhuma das tarifas, seja a utilização ou a pós-utilização, sendo que, nessa hipótese, o órgão competente procederá com a autuação, conforme o disposto no Código de Trânsito Brasileiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES
Administração 2021-2024

Outrossim, o Poder Executivo, no exercício de sua competência, tem a faculdade de estabelecer as modalidades de pagamento dos serviços públicos prestados, o que inclui a definição dos tipos de tarifas e os respectivos prazos de pagamento, os quais podem ser definidos como pré-pagamento, pós-pagamento, ou conforme a necessidade administrativa. Nesse contexto, a definição das tarifas, seus valores e os prazos para pagamento constituem prerrogativa do Poder Público, conforme disposto no artigo 30 da Constituição Federal.

No presente caso, o edital estabelece um valor reduzido para o pagamento antecipado e um valor mais elevado para a tarifa de pós-utilização, tendo como justificativa os custos associados a essa modalidade de pagamento são aumentados devido às despesas com a constatação, fotografias, armazenamento de dados, entrega do aviso de forma digital ou impressa, administração e operacionalização do sistema. Tal distinção visa incentivar o pagamento antecipado, ao mesmo tempo em que contribui para uma gestão mais eficiente do serviço de estacionamento rotativo.

Cabe ressaltar que a competência do Poder Executivo para legislar sobre questões de interesse local, incluindo os serviços públicos, é ampla, e não se configura como uma imposição tributária disfarçada, mas sim como a regulamentação de uma modalidade de tarifa que se aplica ao serviço de estacionamento rotativo. O usuário, assim, possui a liberdade de optar entre pagar a tarifa antecipada ou a tarifa de pós-utilização. Se o usuário não realizar nenhum desses pagamentos, aí sim estará em situação de irregularidade sujeito às penalidades previstas no Código de Trânsito Brasileiro, incluindo autuações.

Em relação à base legal sobre o tema, a Constituição Federal, em seu art. 30, estabelece que compete aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local, incluindo a prestação de serviços públicos essenciais:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; (Vide ADPF 672)

[...]

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

No mesmo sentido, conforme preceitua a legislação federal de trânsito, a competência para implantar, manter e operar o sistema de estacionamento rotativo pago no espaço público é atribuída aos órgãos e entidades executivos municipais. Assim, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB):

Art. 24. Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição:

[...]

X - implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias;

Rua Cel. José Gonçalves Araújo Porto, 121 – Centro - Cataguases (MG) 36770-010

Tel.: (32) 3429-2522 - CNPJ: 17.702.499/0001-81

catranscataguases@gmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES
Administração 2021-2024

Assim, não há qualquer ilegalidade ou irregularidade na previsão da TPU. O exemplo mais recente e relevante vem do Conselho Estadual de Trânsito de São Paulo (CETran/SP), que, por meio da Deliberação nº 05, de 08/10/2024, regulamenta expressamente a adoção da Tarifa de Pós-Utilização:

Art. 3º No caso de estacionamento rotativo pago, se adotada a tarifa de pós-utilização, o usuário deverá ser notificado sobre a possibilidade de pagamento posterior ao estacionamento, sendo a infração configurada somente após o decurso do prazo estabelecido pela regulamentação local.

Vale ressaltar que o sistema de estacionamento rotativo deve ser estruturado com foco na educação do usuário, e não em uma abordagem punitiva, evitando a transformação do sistema em uma mera fábrica de multas de trânsito. Nesse sentido, a Tarifa de Pós-Utilização (TPU) busca oferecer diversas opções de pagamento, promovendo maior flexibilidade ao usuário e garantindo o respeito ao sistema, sem a imposição de penalidades imediatas, mas incentivando o cumprimento das normas de maneira acessível e equilibrada.

Dessa forma, a Tarifa de Pós-Utilização não só está em conformidade com a normatização vigente, como também assegura aos usuários maior flexibilidade no pagamento, evitando infrações automáticas e conferindo maior equidade ao sistema de estacionamento rotativo. A adoção desta tarifa visa, sobretudo, ao equilíbrio entre o direito do cidadão e o cumprimento das obrigações perante o uso do espaço público, garantindo a eficiência do serviço e a sustentabilidade econômica do sistema.

II. V. Da Disposição Acerca do Veículo Elétrico Guardiã

A impugnante alega que a exigência de veículo elétrico para fiscalização por meio de câmeras OCR é indevida, sustentando que o veículo não possui autonomia suficiente para operar ao longo de todo o dia e que tal exigência restringiria a competitividade no processo licitatório. No entanto, tais alegações carecem de fundamento.

A comissão técnica de licitação, após realizar os devidos estudos e pesquisas, verificou que existem no mercado veículos elétricos com a capacidade de serem carregados diariamente por meio de carregadores de carga rápida, os quais permitem o carregamento completo em aproximadamente 30 minutos. Tal constatação reafirma a viabilidade técnica e a possibilidade de implementação do serviço de fiscalização utilizando veículos elétricos, ao contrário do que foi alegado pela impugnante.

A administração pública conduziu uma análise minuciosa das condições e possibilidades envolvidas, e constatou que a utilização de veículos elétricos para a fiscalização está em conformidade com as **políticas públicas de modernização e de preservação ambiental**. O modelo licitado se alinha a essas diretrizes e, portanto, a exigência de um veículo elétrico não se mostra apenas viável, mas também necessária e compatível com os objetivos de sustentabilidade que a administração pública deve adotar, sempre que possível, em suas ações e contratações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES
Administração 2021-2024

Outrossim, a administração pública detém **poder discricionário** para definir as características e modalidades dos serviços a serem licitados, conforme o ordenamento jurídico vigente. Se a administração entender que o fornecimento de um veículo elétrico é viável e adequado às suas necessidades, não há qualquer razão para obstruir a licitação com esse requisito.

Não existe impedimento legal para exigir a utilização de tal tecnologia e funcionalidade, pois tal exigência não ocasiona prejuízo algum para o interesse público. Pelo contrário, ela traz **benefícios significativos tanto para o meio ambiente quanto para a eficiência da gestão pública**, sendo de conhecimento geral que o fornecimento de veículos nos termos estabelecidos no edital é perfeitamente viável e possível no mercado atual.

A opção pela utilização de veículos elétricos visa ainda promover a sustentabilidade e a redução de impactos ambientais, como a diminuição da emissão de gases poluentes e da poluição sonora. As políticas ambientais sustentáveis, que estão em consonância com os compromissos globais de **preservação do meio ambiente e o desenvolvimento**, justificam tal exigência.

A administração pública, ao buscar alternativas para a implementação de serviços, deve e pode adotar soluções que estejam alinhadas aos princípios da sustentabilidade e eficiência energética, que são indiscutivelmente positivos para a sociedade e para o meio ambiente.

Não se pode olvidar que, atualmente, diversas empresas já utilizam veículos elétricos em suas operações diárias, demonstrando a viabilidade dessa tecnologia.

Além disso, cumpre destacar que o veículo ficará dedicado exclusivamente à fiscalização nas áreas de estacionamento rotativo, ou seja, sua utilização será restrita a um percurso pré-determinado, o que torna a autonomia do veículo elétrico plenamente compatível com a demanda da concessão.

Em suma, não há qualquer impossibilidade ou inviabilidade na exigência da utilização de veículos elétricos. Ao contrário, essa exigência está em total consonância com os objetivos de preservação ambiental e com o compromisso de adotar soluções sustentáveis que assegurem a qualidade de vida e o bem-estar social. Por essas razões, não procede o pedido da impugnante, mantendo-se integralmente os termos do edital.

II. VI. Da Exigência de Equipamento Tecnológico Específico (POS e PALM)

A impugnante questiona a exigência dos equipamentos tecnológicos do tipo POS e PALM, pleiteando a possibilidade de utilização de qualquer tecnologia que atenda às funcionalidades licitadas. No entanto, tal pedido não merece acolhimento.

Nos termos da legislação vigente, a Administração Pública detém prerrogativa para definir as características e especificações dos serviços a serem contratados, conforme seu juízo de conveniência e oportunidade, desde que observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no artigo 37 da Constituição Federal. Assim, não há obrigatoriedade de atendimento às reivindicações de empresas particulares, sobretudo quando não se alinham ao interesse público e às necessidades específicas do serviço.

Ademais, conforme constatado pela Comissão Técnica, a tecnologia exigida no Ato Convocatório corresponde àquela amplamente utilizada no setor de prestação de serviços de estacionamento rotativo, oferecendo maior segurança e confiabilidade na execução do contrato. Trata-se de equipamentos consolidados, testados e aprovados no mercado, empregados em

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES
Administração 2021-2024

diversas operações similares, o que reforça sua viabilidade operacional e adequação ao interesse da Administração.

Outrossim, não compete ao Poder Público assumir o papel de laboratório para experimentação de novas tecnologias, especialmente quando seu objetivo primordial é garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população.

Contudo, com vistas a apoiar e incentivar a inovação, caso durante a execução do contrato surja outra tecnologia que se mostre mais eficaz e adequada, ela poderá ser posteriormente analisada e implementada após testes, desde que observados os trâmites legais.

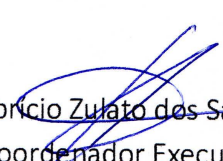
Por fim, verifica-se que a Comissão de Licitação, por meio do Edital, busca a contratação de empresa devidamente capacitada para a prestação do serviço nos moldes que se mostram mais vantajosos ao Poder Público, em consonância com os princípios da eficiência e da supremacia do interesse público. Nesse contexto, a exigência de equipamentos específicos visa assegurar a segurança, a qualidade e a efetividade da execução contratual.

Diante do exposto, conclui-se pela **improcedência da impugnação**, uma vez que as exigências editalícias encontram-se plenamente respaldadas na legislação vigente e nos princípios que norteiam a Administração Pública.

III – DISPOSITIVO

Por fim, há de se ressaltar que a definição dos critérios do certame decorre da necessidade de assegurar a melhor execução do serviço, observando os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do interesse público, conforme os artigos 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021. Além disso, a modificação do edital em prol de interesses particulares comprometeria a isonomia e a competitividade do certame, em afronta aos dispositivos legais que regem as licitações públicas.

Diante do exposto, considerando que a Administração Pública possui competência discricionária para definir as condições e características dos serviços que pretende contratar, conforme os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (artigo 37 da Constituição Federal), e que o edital foi elaborado com o objetivo de atender às necessidades e demandas específicas do município, garantindo a adequada prestação do serviço público em conformidade com o interesse público, **JULGO IMPROCEDENTE A IMPUGNAÇÃO APRESENTADA**, mantendo-se integralmente os termos do edital.


Fabrício Zulato dos Santos
Coordenador Executivo
CATRANS